

1 Ata da reunião ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
2 FRANCA realizada no dia treze de agosto de dois mil e dezenove, às
3 dezenove e trinta horas, no Salão de Treinamentos da Secretaria Municipal de
4 Saúde, sito à Avenida Dr. Flávio Rocha, número quatro mil setecentos e
5 oitenta, no Jardim Redentor. Sr. Clóves, presidente do CMS inicia a reunião
6 com **1º item da pauta: Leitura da Ata.** Realizou a leitura da ata da reunião
7 ordinária do mês de julho de 2019 que foi **APROVADA.** **2º item da pauta:**
8 **Apresentação da LOA.** Alunos da UNESP apresentaram sobre a Lei
9 Orçamentária Anual. Lucas inicia a apresentação conceituando alguns itens
10 que estão presentes dentro da LOA, entre elas a estimativa de receita que é
11 parte do processo do planejamento da LOA. É o resultado de estudos sobre a
12 situação financeira que o Município, Estado ou a União se encontra. É
13 projetada os tributos que serão arrecadados ou seja, o dinheiro que o
14 Município, Estado e União terá para gastar durante um período de tempo e
15 serve como base de cálculo para o que irá constar como receita e despesas
16 na própria LOA. O papel dos conselheiros de saúde é servir de consultoria no
17 sentido que vão oferecer suporte sobre a situação real do Município, se existe
18 realmente essa estimativa, se a arrecadação será o que está descrito ou não,
19 se condiz com a realidade. Colocou que receita pública é o conjunto de
20 arrecadações que podem ser dispendidas pelo Município em determinado
21 período de tempo, pode ser classificada Orçamentária e Extra Orçamentária:
22 Orçamentária é aquela decorrente da arrecadação tributária e outras formas;
23 Extra Orçamentária não contam para receita, mas é contabilizada pelo
24 Município para elaboração da LOA e um conceito relacionado é a Renúncia
25 de Receita que tem que constar. Exemplo: quando o Governo deixa de
26 arrecadar algum tipo de receita prevista, e quando tem alguma isenção fiscal
27 que é dada por Lei. LOA é a lei que deve ser publicada anualmente pelo
28 Executivo e aprovado pelo Legislativo tanto na esfera principal, Estadual e
29 Federal. Direciona as receitas e despesas anuais, ela tem que ter base no
30 Plano Plurianual e LDO, nela especifica quais serão esses os gastos e tem
31 que fazer a concentração daquilo que era previsto para o que existe na
32 realidade, o prazo dela é de 30 de agosto à 31 de setembro, tramita durante
33 esse tempo no Legislativo. O papel dos conselheiros de saúde nesse sentido
34 é acompanhar a tramitação da LOA, participar das audiências públicas e
35 verificar se não existe nenhuma disposição conflitante com alguma decisão do
36 Conselho de Saúde, além disso ver se o que está previsto na LOA condiz com
37 a realidade, se não existe nenhuma previsão de receita ou despesa que não
38 bata com a situação do Município, Estado ou União. Tipos de codificação,
39 todo o Governo tem certas funções para executar, a função é sempre a maior
40 agregação de despesas, vamos falar da Saúde o código universal é o número
41 10. Dentro das funções sempre vão existir as subfunções, no caso do
42 exemplo seria a Atenção Básica que é representada pelo 301 e cada uma das
43 subfunções tem uma representação numérica, uma codificação. Depois disso,
44 teria os programas, que são a organização de como será efetuada a ação

45 governamental, tem como foco concretizar os objetivos que já estão no Plano
46 Plurianual, que estão baseados nos indicadores que estão dentro do plano.
47 No caso do Programa não é a mesma codificação universal, por exemplo o
48 município de Franca tem uma codificação, o estado de São Paulo outra
49 codificação e a União outra. Serve para que todas as necessidades do
50 Município possam ser atendidas e nada fique de fora. Cada programa sempre
51 irá possuir uma ou mais ações que o Governo terá que concretizar. Dentro do
52 Programa terá o Projeto, que é uma programação para alcançar os objetivos
53 de cada programa. O projeto é um conjunto de operações em determinado
54 período, exemplo a construção de um hospital, tem começo e fim. Quando
55 dentro do Programa tem ações permanentes, como pagamento de servidores,
56 isso vai continuar acontecendo com o passar dos anos, isso não será um
57 Projeto e sim uma atividade, que também deve estar dentro do orçamento.
58 Além disso terá a Classificação Econômica, são sempre compostas de quatro
59 números, onde o primeiro número significa categoria econômica, composta de
60 despesas corrente e despesas de capital; o segundo número natureza da
61 despesa; o terceiro número modalidade da aplicação e o quarto número
62 elemento econômico. Detalharam melhor sobre as Despesas Correntes e
63 Despesas Capitais, as despesas correntes são aquelas para manutenção da
64 administração pública, tem caráter continuado e elas não aumentam o
65 patrimônio público, são divididas em dois tipos: custeio e transferências
66 correntes. O Custeio é para manutenção de serviços anteriormente criados,
67 seria pagamento de pessoal, material de consumo; as Transferências
68 Correntes elas não implicam necessariamente na contra-prestação direta de
69 bens ou de serviços, podendo ser transferências para algumas instituições,
70 exemplo instituições privadas. As despesas de capital significam aumento do
71 patrimônio público e estão divididas em três tipos: investimentos, inversões
72 financeiras e transferências de capital. Os investimentos é tipo o dinheiro que
73 será usado para comprar materiais para uma obra; as inversões financeiras
74 pode ser aquisição de bens, as vezes de imóveis que já estão sendo usados
75 pelo Poder Público; e as transferências de capital são contribuições a fundos,
76 outras instituições. A Constituição Federal no artigo 167 proibiu quatro
77 condutas em relação as despesas públicas. A primeira proibiu o início de
78 programas ou projetos que não constem na LOA; proíbe despesas com
79 valores superiores aos créditos orçamentários; proíbe a realização de
80 operações de créditos, como por exemplo empréstimos, em valor superior as
81 despesas; proíbe a abertura de créditos adicionais, suplementares e ou
82 especiais. Quando há necessidade de abrir créditos adicionais, existem
83 quatro maneiras de conseguir esses recursos: a primeira opção é quando teve
84 um superavit financeiro no exercício anterior, ou seja, arrecadou mais dinheiro
85 do que foi gasto; segunda opção é o excesso de arrecadação, ou seja, nesse
86 exercício financeiro acabou arrecadando mais que o previsto; a terceira opção
87 é anulação de dotações, ou seja, o valor a ser usado em uma dotação seria
88 remanejado para outra; e a quarta opção operações de créditos, ou seja,

89 consegue empréstimos que não estavam previstos anteriormente na LOA.
90 Existem três critérios para ter esse aumento de despesas: controle
91 orçamentário desse ano e nos próximos dois para ter certeza que não irá
92 afetar o exercício financeiro; uma declaração expressa de que é compatível
93 esse aumento com o plano plurianual e a LDO; uma comprovação de
94 adequação orçamentária que não afete o anexo de metas fiscais da LDO.
95 Esses três critérios para aumento de despesas só não são aplicados o
96 pagamento dos encargos da dívida pública, despesas de reajustes da
97 remuneração do pessoal, porque a despesa com pessoal já tem limites
98 próprios na Lei, exemplo a despesa com pessoal na esfera Federal não pode
99 ser superior a 50% da receita corrente líquida, dos Estados também não pode
100 ser superior a 50% e dos Municípios não pode ser superior a 60%. Execução
101 Orçamentária Financeira é a fase de implementação da LOA, a partir dela que
102 pode ser desenvolvido os indicadores de desempenho da Gestão, que vão ser
103 combinados com outros indicadores setoriais para promover uma análise de
104 desempenho. Estágios das Despesas Públicas: Programação do Executivo, é
105 quando acontece a abertura do processo de licitação e autorização da
106 despesa; Reserva Orçamentária, que é o procedimento administrativo anterior
107 a realização da despesa que abate parcela da dotação orçamentária
108 autorizada; liquidação dessa despesa, que é o ato de autoridade competente
109 que atesta o recebimento do bem ou do serviço nos termos contratados e
110 também tem a respectiva documentação fiscal. **3º item da pauta:**
111 **Apresentação do Plano de Trabalho da CAMINHAR.** Sra. Alessandra
112 assistente social colocou que a Caminhar foi fundada em abril de 1997, uma
113 instituição com 22 anos, vem desenvolvendo um trabalho com a pessoa com
114 deficiência, possui um cofinanciamento com a Prefeitura de Franca na área da
115 Assistência Social. Colocou que tinham o interesse em ser um centro de
116 habilitação e reabilitação para pessoa com deficiência focado na paralisia
117 cerebral. Nunca conseguiram um convênio ou subvenção da área da saúde e
118 a área que acolheu dentro da Prefeitura com cofinanciamento foi a
119 Assistência Social. Trabalham com o Serviço de Proteção Social Especial as
120 Pessoas com Deficiência e suas famílias, em Unidade Referenciada. Esse
121 trabalho consiste em assistir a pessoa com deficiência que apresente alguma
122 violação de direitos, seja ela, vulnerabilidade social, negligência, entre outros.
123 O trabalho realizado é com a família como um todo e não só a pessoa com
124 deficiência, para ajudar a superar as vulnerabilidades. É realizado um trabalho
125 direto com o portador de deficiência visando a melhoria de suas
126 potencialidades, com uma equipe multiprofissional que conta com os
127 seguintes profissionais: terapeuta ocupacional, pedagogia, psicologia e
128 educadores sociais. São cofinanciados em 80 usuários mas estão atendendo
129 102. Sra. Natália apresentou o Projeto CAMINHAR na Saúde, e o serviço a
130 ser executado refere-se ao desenvolvimento de atendimentos clínicos e
131 individuais a pessoas com deficiência dentro das especialidades de
132 fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e terapia ocupacional. O objetivo do

133 projeto é o atendimento especializado as pessoas com deficiências nas áreas
134 citadas e a demanda ao serviço será encaminhada pelo NAIA – Núcleo de
135 Atendimento a Infância e Adolescência, órgão que compõe a Rede de
136 Atenção Especializada em Saúde Mental. Sra. Alessandra colocou que a
137 contrapartida da CAMINHAR seria a expertise, o conhecimento, possuem
138 prédio que é todo adaptado e os equipamentos necessários. ANEXO
139 PROJETO. **4º item da pauta: Conselho Gestor.** Sr. Osnei conselheiro
140 gestor representante da região norte colocou sobre as visitas as UBS do
141 Horto e Luiza, algumas estavam com problemas com falta da atendente,
142 médico clínico geral, ginecologista, farmaceutico, avaliação da canalização de
143 gaz. Sr. André pergunta como está o funcionamento dos Conselhos Gestores
144 nas Unidaddes. Sr. Osnei colocou que está participando das reuniões das
145 duas UBS, participa ele e a diretora da UBS. Sr. Cloves colocou que foi
146 oficializado, em nome do CMS, a ata de toda reunião no mês do Conselho
147 Gestor, para as UBS e que seria publicada no site. Sra. Helena conselheira
148 gestora da UBS do Planalto colocou que o CG existe, funciona e realiza
149 reuniões mensalmente. Sr. André colocou que é representantes dos
150 trabalhadores da saúde e colocou que Franca remunera mal seus servidores,
151 a pressão no setor de saúde é muito grande, onde os mesmos estão
152 adoecendo. Saliou que ainda hoje uma médica foi agredida por uma
153 paciente. O lado do profissional não é visto. **5º item da pauta:**
154 **Considerações da ONG Posithivas.** Sra. Adriana representando os
155 cidadãos de Franca que vivem com o HIV. Colocou que o DST/AIDS de
156 Franca está acabado, caindo aos pedaços, mal atendimento (desumano), e
157 disse que vem denunciando a muito tempo. Colocou que na ultima reunião do
158 CMS, a coordenadora do DST/AIDS Carla apresentou serviços que não são
159 feitos no DST/AIDS, como exemplo, ela disse que existe um
160 acompanhamento para lipodistrofia, que esse acompanhamento ela nunca
161 teve em 10 anos de tratamento. Adriana colocou que a coordenadora prestou
162 conta de que é feito um atendimento domiciliar, que é mentira; trabalho de
163 prevenção também não existe, que ela fez capacitação fora de Franca.
164 Colocou ainda que a coordenadora Carla trouxe uma pessoa para dizer que o
165 DST/AIDS tem um atendimento de excelência. Colocou que é mentira, que o
166 atendimento é precário, o médico faz uma consulta de 3 minutos e trouxe uma
167 paciente para provar que o atendimento de lá não é de excelência, pois o
168 médico foi negligente ao ponto de deixar uma paciente sofrer dois AVCs, ela
169 pediu uma receita para remédio de pressão e o médico se recusou falando
170 que era para procurar na UBS, mas era prioridade ela ter sido encaminhada
171 por esse mesmo médico para o cardiologista. Sra. Adriana colocou que vem
172 denunciando e não é de hoje, já faz muito tempo e não foi resolvido. Disse
173 que o secretário de saúde tem conhecimento de tudo o que ela está falando e
174 já foi feito uma denuncia ao Ministério Público. Colocou também que a
175 campanha de prevenção em Franca não existe. Sr. Eduardo Valentino
176 colocou sobre o descaso no CTA, foi fazer um teste de HIV e o funcionário o



177 tratou mal. Sr. Osvaldo colocou que deveria realizar o registro dessas
178 reclamações, senão fica no esquecimento. Sra. Adriana colocou que já está
179 nas mãos do secretário de saúde. Sr. Cloves colocou que recebeu a notícia
180 que já foi registrado e está sendo aberto um processo administrativo do CTA,
181 segundo o secretário de saúde. Sr. Cloves colocou que o Conselho de Saúde
182 irá pontuar para os órgãos competentes, Prefeitura, Secretaria de Saúde,
183 Ministério Público. Sr. André colocou que deveria montar uma comissão, onde
184 gostaria de fazer parte, para poder apurar essas denúncias, devido a
185 recorrência dessas reclamações que a cada dia está piorando. Sr. Clóves
186 pergunta quais dos conselheiros gostaria de fazer parte dessa comissão, se
187 manifestaram André, Roseli, Gabriela, Celina. Nada mais a tratar eu Kaylla
188 Aparecida Pires Benedito, redigi esta Ata, que se aprovada será assinada.
189 Franca, 10 de Setembro de 2019.

190

191

192

193

194


195

196

197

198


Clóves Plácido Barbosa
Presidente


Kaylla Aparecida Pires Benedito
Secretária